



Revista de Gestão Costeira Integrada -
Journal of Integrated Coastal Zone
Management

E-ISSN: 1646-8872

fpinto@fe.up.pt

Associação Portuguesa dos Recursos
Hídricos

Araújo Alves, Josemery; Rios Ribeiro, Márcia Maria; Bezerra de Miranda, Lívia Izabel
Conflitos socioambientais e desenvolvimento turístico em zonas costeiras: o caso da
Praia da Pipa, Brasil

Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management,
vol. 17, núm. 2, diciembre, 2017, pp. 151-161
Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
Lisboa, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388355457004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

GESTÃO COSTEIRA INTEGRADA

Journal of Integrated Coastal Zone Management

Conflitos socioambientais e desenvolvimento turístico em zonas costeiras: o caso da Praia da Pipa, Brasil

Socio-environmental conflicts related to tourism development in coastal zones: the case of Pipa Beach, Brazil

Josemery Araújo Alves¹, Márcia Maria Rios Ribeiro², Lívia Izabel Bezerra de Miranda³

¹ Doutoranda em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, com período (sanduíche) na Universidade de Lisboa. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Curso de Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, membro do grupo de pesquisa do CNPq: Gestão, turismo e políticas públicas (GEPOLISTUR). Email: josemeryalves@hotmail.com

² Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com um período (sanduíche) na Universidade de East Anglia (Inglaterra); mestrado e graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa) e no Australian Rivers Institute (Griffith University - Austrália). É professora da Universidade Federal de Campina Grande. Email: marcia.ribeiro@ufcg.edu.br

³ Doutora em Desenvolvimento Urbano e Regional, mestrado em Geografia e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande. É pesquisadora no Observatório de Políticas Públicas e Práticas Sócioambientais (UFPE) e na Rede Observatório das Metrópoles (INTC-IPPUR/UFRJ). Email: liviaibmiranda@gmail.com

RESUMO: O objetivo do estudo é “investigar a progressão dos conflitos socioambientais provocados pelo desenvolvimento turístico da praia da Pipa, Brasil, e evidenciar as interações, relacionamentos e coalizões entre os diferentes agentes envolvidos nesses processos”. Parte-se da premissa que há prevalência dos interesses de grupos ligados ao negócio turístico, na apropriação do espaço e uma forte omissão do Estado na regulação desse processo. Essa associação gera severos conflitos socioambientais e promove uma rápida degradação do ambiente natural. Buscou-se por meio da análise de dados secundários, da observação participante e dos diáários de campo, evidenciar os arranjos institucionais e coalizões/alianças entre os agentes locais, além de analisar a evolução do conflito. O estudo demonstrou que apesar de existirem grupos e associações organizadas que exercem resistência ao processo de promoção turística, não existem esferas atuantes para tratar dos interesses divergentes entre os agentes. Constatou-se que os impasses podem ser amenizados com possíveis alianças, evidenciando que os grupos podem ter uma atuação mais pacífica. Por isso, podem ser adotadas técnicas de resolução de conflitos, sendo os líderes locais e representantes de associações e ONGs possíveis mediadores para o debate entre as partes envolvidas.

Palavras-chave: Conflito; Turismo; Espaço; Alianças.

ABSTRACT: The objective of the study is “investigating the progression of socio-environmental conflicts caused by the tourism development on the beach of Pipa, Brazil, and showing the interactions, relationships and coalitions among the different agents involved in these processes”. It starts from the premise that there is a prevalence of interests of groups linked to the tourism business, in the appropriation of space and a strong omission of the State in the regulation of this process. This association generates severe socio-environmental conflicts and it promotes a rapid degradation of the natural environment. It was sought through the analysis of secondary data, participant observation and field diaries, to highlight the institutional arrangements and coalitions/alliances among local agents, as well as to analyze the evolution of the conflict. The study showed that although there are organized groups and associations that resist the process of tourism promotion, there are no active spheres to deal with divergent interests among these various agents. It can be seen that the impasses can be softened with possible alliances, showing that the groups can have a more peaceful performance. For this reason, conflict resolution techniques can be adopted, with local leaders and representatives of associations and NGOs being possible mediators for the debate among the parties involved.

Keywords: Conflict; Tourism; Space; Alliances.

1. INTRODUÇÃO

O turismo é detentor de uma série de reflexos provenientes de sua implementação, podendo ser acompanhado de benefícios. Entretanto, impulsiona impactos negativos emanados da maneira que é explorado, despertando para o surgimento de conflitos no campo social, cultural, ambiental, econômico e político.

Nesse sentido, o presente artigo oferece uma análise sobre os conflitos socioambientais que ocorrem em áreas costeiras, submetidas a processos de promoção turística, tendo como caso de estudo a praia da Pipa, pertencente ao município de Tibau do Sul, situado no litoral do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil (Figura 1).

A apropriação turística na praia da Pipa tem suscitado conflitos provenientes da nova configuração territorial e habitacional verificada na localidade (Gonçalves, 2010).

Tratando sobre conflitos decorrentes dos impactos do turismo, Xavier (2008) apresenta a influência da atividade sobre as relações de posse e propriedade da terra em Pipa, tendo como base o ciclo de vida das destinações turísticas de Butler (1980) para demonstrar o estágio em que o destino turístico se encontra.

Parte-se da premissa que há prevalência dos interesses de grupos ligados ao negócio turístico, na apropriação do espaço e uma forte omissão do Estado na regulação desse processo. Desse modo, questiona-se: quais as principais causas e reflexos do conflito socioambiental na praia da Pipa decorrentes do desenvolvimento turístico?

Tendo em vista a reconhecida representatividade turística no cenário estadual, nacional e internacional, Pipa é um destino que precisa de alternativas que apoiem a gestão desse patrimônio natural, visando minimizar os conflitos existentes e fornecer estratégias que melhorem as condições de sustentabilidade. Com base nessas constatações, a pesquisa busca “investigar a progressão dos conflitos socioambientais provocados pelo desenvolvimento turístico da praia da Pipa, Brasil,

e evidenciar as interações, relacionamentos e coalizões entre os diferentes agentes envolvidos nesses processos”.

Para tanto, foram investigadas as principais características dos grupos, no sentido de detectar os conflitos, alianças, coalizões e conseguir assim traçar a evolução do conflito. A gestão do conflito se faz necessária, visando haver maior harmonia das ações e integrar os agentes envolvidos no *trade* turístico. Assim, tentar alcançar um equilíbrio mais próximo dos pilares para o desenvolvimento sustentável.

2. TURISMO E SUA CONJUNTURA SOCIOESPACIAL

O turismo se apropria e domina os espaços para desenvolver-se. Por conseguinte, ao estudar o fenômeno torna-se relevante tratar da abordagem socioespacial por entender que muitas transformações são provenientes da sua prática. Assim, Cruz (2006) enaltece duas características intrínsecas do turismo “uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo”.

Balastreri (2006) refere que “é no espaço de origem da demanda que se originam os fluxos turísticos, mas é no espaço de destino que se concretiza, produzindo novas territorialidades”. Ao tratar das categorias de análise em torno do território e turismo, encontra-se um vasto leque de relações que envolvem o ordenamento, uso e ocupação do solo nos destinos.

A produção do espaço pelo turismo pode ser compreendida pela inter-relação entre grupos atuando em um espaço específico, assim “operado pelos agentes sociais envolvidos com o turismo, concretiza-se em um fenômeno socioespacial complexo, que tem como face mais visível uma atividade econômica extremamente dinâmica e impactante na contemporaneidade do nosso mundo social” (Fratucci, 2014).

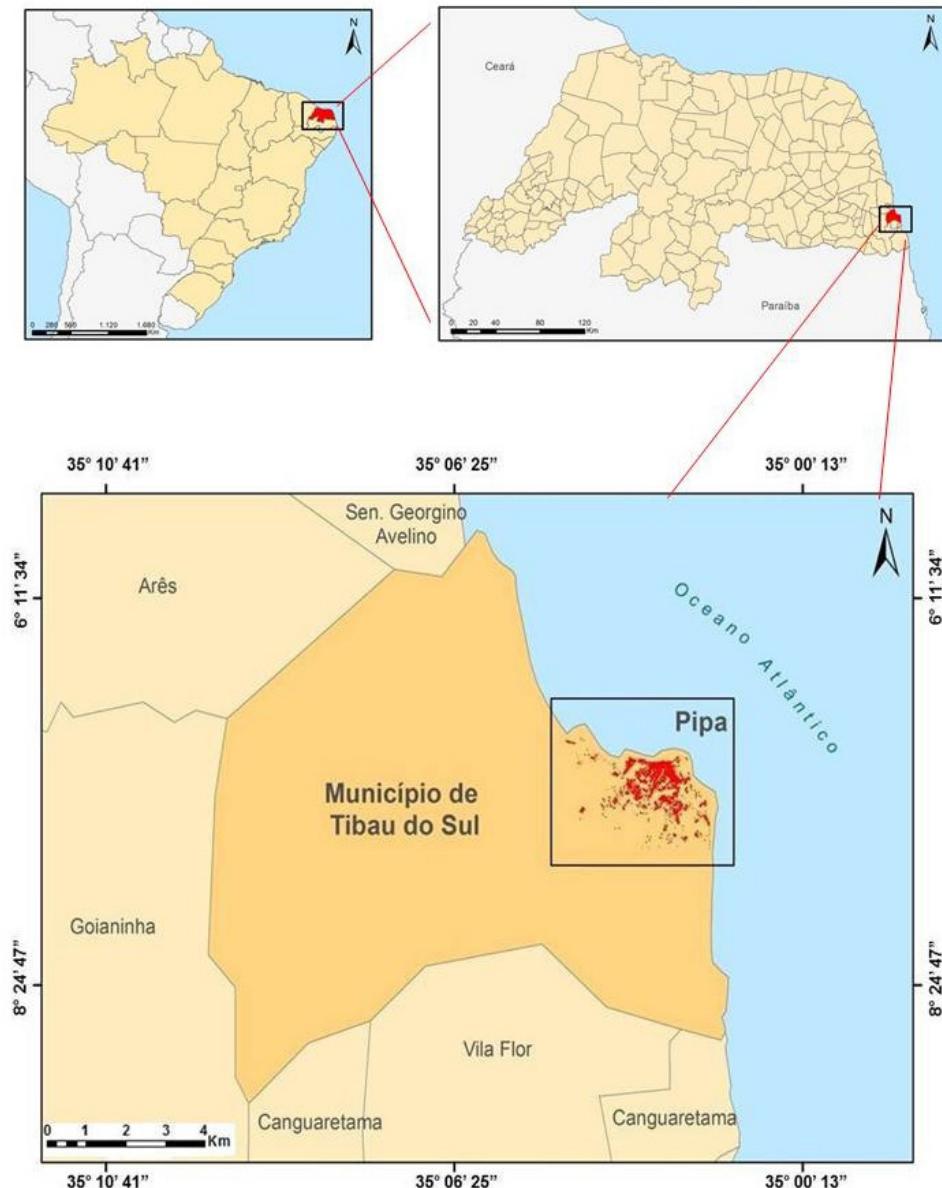


Figura 1- Localização da praia da Pipa/RN, Brasil. Fonte: Nunes (2016).

Figure 1 - Location of the Pipa beach / RN, Brazil. Source: Nunes (2016).

Balastreri (2006) reforça ainda que os espaços apropriados passam a ser territórios, configurando-se como expressão de poder tanto no aspecto político quanto no sentido simbólico, vigorando as relações sociais no contexto inserido.

Como se percebe, o fenômeno turístico envolve uma gama de fatores, tendo reflexos sentidos diretamente nas novas configurações territoriais e sociais. Por isso, Santos (2014) enaltece a significância das ligações entre o turismo e território. Aponta que a atividade pode assumir uma função importante no desenvolvimento local, regional e nacional, desde que a gestão aconteça de maneira integrada, adotando os princípios de sustentabilidade ambiental e direcionamentos para

economia solidária. Todavia, a falta de integração entre planejamento e território tem comprometido o desenvolvimento do turismo em muitos destinos.

Alban (2008) refere-se à dinâmica perversa que envolve a instalação dos complexos turísticos nas praias da costa nordestina brasileira, constatando que “na grande maioria dos casos, a infraestrutura chega, viabiliza o *boom* turístico, mas não o sustenta. Em consequência disso, ocorre a saturação e a degradação social e ambiental dos complexos”.

A conjuntura de ocupação do solo (até mesmo em áreas protegidas), disputa dos novos estabelecimentos hoteleiros, substituição das antigas atividades tradicionais e escassos investimentos de recursos públicos para

estruturação do destino turístico, tem ocasionado uma gama de impactos negativos na sociedade local e no território inserido (Aledo *et al.*, 2013).

Os territórios são manipulados de acordo com os interesses, “tal poder de intervenção, evidentemente, promove alterações nas formas de organização social nos lugares, já que impõe novos usos do território e relações sociais nas cidades e regiões em que se instalaram” (Oliveira, 2014). Esse tipo de desenvolvimento induz o setor público a perder o controle da situação, ao mesmo tempo em que cresce a pressão de empresários, *trade* turístico e demais interessados na atividade turística, tornando o conflito mais complicado e de difícil controle.

Com o passar do tempo, o processo continua e aumenta a dependência, trazendo saturação do destino e destruição de seus recursos de base (Shoeb-ur-rahman & Shahid, 2012). Por isso, Cruz (2006) reforça que “o desenvolvimento do turismo deve ser um projeto construído coletivamente e não uma resposta a interesses particulares, de grupos sociais específicos”.

Em virtude dos diferentes contextos “de usufruto da experiência turística, é normal que os grupos menos beneficiados (em muitos casos as comunidades residentes) sintam dificuldades em assimilar o desenvolvimento do turismo e a convivência com outros grupos”. (Zacarias, 2015). Assim, o uso do território pelos novos e antigos moradores torna-se conturbado, englobando impasses nas dimensões que envolvem o fenômeno turístico.

Cap-net (2008) apresenta uma definição para conflitos, esclarecendo que são fatos presentes na vida e envolvem um processo com condições objetivas e subjetivas, requerendo estratégias de resolução centrados em concepções sustentáveis.

Os conflitos apresentam repercussão e impactos significativos para os atores envolvidos. De acordo com Pignatelli (2010), o conflito surge “quando os indivíduos ou os grupos, conscientes e deliberadamente procuram sujeitar, destruir ou derrotar um rival ou defender-se destes propósitos”.

Pautado em tal constatação, observa-se que os reflexos danosos dos conflitos são amplamente difundidos entre as partes envolvidas, sendo importante tratar os motivos e efeitos, no sentido de melhorar a compreensão da situação.

Dessa forma, percebe-se que as necessidades humanas, os interesses individuais e os desejos são características que incitam o surgimento de situações conflituosas.

Em conformidade com Mayer (2000), a roda do conflito apresenta cinco forças motivadoras que caracterizam sua raiz, sendo motivadas pelos seguintes aspectos: comunicação, emoções, valores, estruturas e a história,

impulsados por uma necessidade central que norteia tais ações. Portanto, torna-se indispensável à compreensão de cada fonte para acompanhar a evolução da situação de conflito.

Por meio de algumas técnicas de resolução de conflitos, é possível apresentar mecanismos para minimizar ou resolver impasses. De acordo com Vieira & Ribeiro (2010), em conjunto com a identificação das fontes de conflito e de sua intensidade, é importante definir que tipo de situação está sendo analisada, a fim de determinar possíveis alternativas de resolução.

É plausível averiguar que a natureza dos conflitos socioambientais apresenta diversas causas. Por isso, torna-se relevante apresentar perspectivas pluralistas que reconheçam os diferentes enfoques dos atores e as consequências dos impasses (Vargas, 2007).

Desde modo, os conflitos socioambientais têm como norteador a contestação pelos recursos naturais, envolvendo relações de troca, disputa e preocupação pela manutenção e preservação do meio ambiente (Lima & Shiraishi Neto, 2015).

Carpio & Meneses (2006) defendem que a interferência em um conflito socioambiental induz a necessidade de estabelecer formas mais adequadas de enfrentar o problema, definindo quais meios deverão ser utilizados e o papel que os membros e/ou instituições desempenharão.

Taibi (2016) critica as aspirações do sistema capitalista que ultrapassa os limites ambientais, sendo possível obter autorizações de ocupação em lugares com fragilidades naturais e peculiaridades que deveriam ser preservadas.

Deve-se ponderar que os conflitos que envolvem o ambiente estão diretamente relacionados aos aspectos políticos, sociais, econômicos e ecológicos. Apesar disso, ainda são limitados os estudos ou estratégias de intervenção que adotam uma abordagem integrada e interdisciplinar para tratar das especificidades dos conflitos ambientais (Bob & Bronkhorst, 2010).

A utilização intensiva dos recursos naturais tem estado entre as preocupações da sociedade atual. Tem provocado novos debates que envolvem economistas e ambientalistas, tendo como ponto de partida para análise, o uso indiscriminado do meio ambiente para atender anseios das atividades econômicas (Tomio & Ullrich, 2015).

Considerando os conflitos de ordem socioambiental, despontando em função da exploração desordenada, pode-se citar o caso do turismo. Isso gera impactos severos, atingindo sobremaneira a configuração socioespacial e os recursos naturais que deveriam ser os bens mais resguardados para própria continuidade da atividade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou para análise: dados secundários, visitas *in loco*, observação participante e diários de campo. Para tanto, teve suporte de procedimentos técnicos referentes à pesquisa bibliográfica e documental, como estudo de caso para analisar o objeto delimitado.

Identificar a situação auxiliou a reflexão sobre a forma como os recursos naturais estão sendo utilizados, percebendo a necessidade de entender como se dá a organização dos grupos diante a articulação para a atividade turística.

Assim, foram elencados os agentes protagonistas do conflito - mercado, poder público e população, no sentido de entender os anseios e posições dos três grupos, e em seguida, apontar as possíveis coalizões. Portanto, foi preciso entender como o turismo se fixou, sem maior controle pelos órgãos administrativos, em detrimento da vida dos habitantes locais, e como decorrência, as contradições que se visualizam na realidade contemporânea.

Conforme Mayer (2000), para entender o desdobramento do conflito torna-se fundamental compreender os sentimentos, atitudes, crenças e valores dos atores envolvidos, para assim identificar as relações e sentimentos gerados entre ambos.

Pautado no Cap-Net (2008), foi possível identificar os principais impactos sociais e ambientais, decorrentes da utilização desenfreada relacionados ao turismo. Com isso, perceber posições, interesses e necessidades dos atores envolvidos e, assim, apresentar etapas da progressão do conflito.

O conflito socioambiental em Pipa também foi analisado sob a vertente da delimitação das principais alianças e entraves, sendo a abordagem caracterizada pela identificação das interações e relacionamentos entre os agentes envolvidos.

Para isso, o estudo contou com a ferramenta metodológica de análise de conflito experimentado por Assad (2002), Medeiros & Nascimento (2010). Os autores mencionados conseguiram, com a adoção dessa abordagem, investigar casos de conflitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e apropriação de localidades pelo turismo, fazendo analogia a um jogo social para apresentar os participantes, relações e diferentes cenários que podem ser alcançados.

Medeiros & Nascimento (2010) fez a adaptação da representação simbólica dos naipes do baralho para identificação dos personagens do conflito, buscando identificar as regras utilizadas para a assimilação do turismo e como os atores se inserem no contexto.

Expõem como o jogo é jogado, como os naipes se associam, o poder que cada carta tem de mudar a direção e os resultados do jogo.

A ferramenta metodológica utilizada permitiu fazer a representação do fluxograma com o apontamento dos grupos, identificação das alianças e conflitos entre as partes.

Constatações no local de estudo, com observação direta e participante, forneceram subsídios para construir um esquema que identifica as ações e características intrínsecas dos grupos (Poder Público, Mercado e População), detectando as principais relações e discórdias.

Para melhor identificação, utilizou-se a “representação simbólica” dos naipes de baralho, adaptada de Medeiros & Nascimento (2010), para caracterizar os atores mais alinhados a determinadas características, Figura 2.



Figura 2- Representações simbólicas dos atores associados aos conflitos. Fonte: adaptado de Medeiros & Nascimento (2010).

Figure 2 - Symbolic representations of the actors associated to conflicts. Source: Adapted from Medeiros & Nascimento (2010).

Na classificação sugerida, o naipe de ouro simboliza o grupo responsável pelo planejamento turístico – o poder público local. O naipe de paus está vinculado aos atores que aspiram pelo rápido crescimento do turismo – o mercado, e a população, como meio termo, está simbolizada pela junção de ambos os naipes (ouro e paus) demonstrando, assim, como essas peças influenciam o conflito e podem estabelecer alianças.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Agentes protagonistas do conflito

O conflito torna-se evidente a partir do momento em que os novos moradores, representando notadamente o setor privado, passam a se indispor com o poder público em busca de ações mais efetivas de controle do crescimento acelerado do turismo. Ao mesmo tempo em que os políticos locais sentem a pressão e ameaça do novo grupo dominante, ocasionando disputa. Em decorrência, a população local também é impactada diretamente, sendo afastada das suas residências na praia e cada vez mais, distanciada do processo de desenvolvimento turístico.

Os conflitos de poder podem ser verificados no âmbito político, entre o Empresariado – marcado predominantemente por *outsiders* que possuem negócios em Pipa, o Poder Público local – que além de representantes políticos, eram os detentores do poder econômico, e a População – composta por um grupo bastante heterogêneo, envolvendo nativos e forasteiros que compartilham do mesmo espaço e sentem-se pertencentes ao lugar.

O Mercado é representado por dois grupos distintos, empresários nativos e de outras localidades. Os empresários autóctones são aqueles que nasceram e sempre viveram em Pipa, em quantidade pequena diante os grandes empreendedores; já os empresários de outras localidades são os que residem no município, de origem nacional e estrangeiros, podendo ser segmentados entre os que adotaram o lugar com afetividade, respeitam e se preocupam com sua conservação, e os empresários capitalistas que visam o lucro a curto prazo, não respeitam a legislação ambiental e excluem a população nativa do processo de desenvolvimento endógeno.

O Poder Público é constituído por políticos do lugar, que por algum tempo detinham também o monopólio do setor privado, sendo empresários e gestores dos primeiros empreendimentos turísticos do município. Ao longo dos anos, foram diminuindo o domínio diante os novos empresários que chegavam e investiam recursos significativos no setor do turismo, perdendo espaço no setor privado.

Conforme constatado no local de estudo, com diários de campo, a gestão municipal passou a ter uma atuação discordante com as aspirações do mercado, com cobranças abusivas de taxas, pouco investimento em promoção e infraestrutura para o turismo. Por isso, os empresários demonstram insatisfação, e apesar das transições de representantes públicos, reclamam que não há mudanças no cenário.

Outro participante do conflito é a população que vem sofrendo impactos diretos do desenvolvimento do turismo, passando por grandes adaptações com o “boom” turístico de Pipa (década de 1990), sendo em um primeiro momento, afastados para as periferias em virtude da invasão de investidores que supervvalorizaram suas propriedades na praia e os seduziram a vender suas residências.

A população demonstra, por meio de discurso e ações, ser contrária à maneira exploratória que os recursos naturais estão sendo utilizados para um crescimento desordenado do turismo, impactando prioritariamente, no meio ambiente e nas novas relações sociais impostas. Corroborando com Yang *et al.* (2013), os retornos econômicos provenientes do turismo tem acontecido de

maneira desigual, concentrados em poucas mãos, não havendo uma distribuição igualitária e justa entre os grupos, sendo a comunidade local pouco beneficiada.

A população ainda sente os efeitos negativos por parte das autoridades locais, que normalmente priorizam as obras públicas para atender as necessidades dos turistas, com serviços básicos precários, desencadeando conflitos entre sociedade e poder público (Haija, 2011).

Cada grupo de participantes segmentados no conflito pode ser definido por coalizões, tendo em vista, o interesse em comum e o agrupamento de determinadas classes visando cooperar entre si (Tabela 1). Unir os grupos é a estratégia para impulsionar as decisões e causas coletivas.

É válido ressaltar que mesmo dentro de cada categoria de análise, os grupos anunciados possuem características peculiares, tais como a população, que poderia ser segmentada em nativos e novos residentes. No entanto, foi adotada essa concepção por acreditar que as coalizões apresentam um peso maior com a união de forças, e não segregação dos agentes.

Assim, o grupo do poder público, considerado como regulador e provedor do bem estar, foi dando enfoque aos membros da própria gestão local, tais como secretarias e câmara municipal.

O Mercado também apresenta seus possíveis agrupamentos, constituído pelas diversas associações vinculadas ao *trade* turístico, tais como hospedagem, restaurantes, vendedores, não tendo distinção entre empresários locais ou procedentes de outros lugares.

Por fim, a população local pode ser agrupada, sendo representada por associações e conselhos que visam objetivos semelhantes, como a conservação da destinação turística, buscando desenvolvimento socialmente mais justo e equilibrado (Tabela 1).

A união dos representantes de cada grupo pode fortalecer os segmentos para atuar de maneira mais ordenada. Para isso, as coalizões precisam ser pensadas como estratégias para as ações coletivas e não focadas em interesses individuais.

4.2 Progressão do conflito socioambiental em Pipa

Na praia da Pipa, percebe-se a influência das forças que representam a raiz do conflito (comunicação, emoções, valores, estrutura e história) como elementos decisivos na análise.

Considera-se que a comunicação entre os atores envolvidos não acontece de maneira amistosa, ocasionando maiores entraves na condução dos debates e ações.

Tabela 1- Possíveis coalizões dos grupos envolvidos no conflito em Pipa.

Table 1 - Possible coalitions of the groups involved in the conflict in Pipa.

| PODER PÚBLICO | |
|---|---|
| Possíveis coalizões | Definição de metas |
| <ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal • Secretaria Municipal de Turismo • Secretaria de Meio Ambiente • Câmara Municipal • Secretaria de Educação, Cultura e Desporto | <ul style="list-style-type: none"> • Manter o controle sobre o uso e ocupação do solo; • Desapropriar construções irregulares que desrespeitam as leis ambientais; • Conseguir efetivar um planejamento turístico com metas a longo prazo; • Tornar Pipa atrativa para os turistas, mas principalmente, para a população local, atendendo aos anseios e necessidades básicas da população; • Incentivar os conselhos participativos, ouvindo efetivamente as aspirações da sociedade sobre os direcionamentos que almejam; • Fiscalizar a utilização indevida dos recursos naturais e atuar junto aos demais órgãos competentes, tais como IDEMA e IBAMA. |
| MERCADO | |
| Possíveis coalizões | Definição de metas |
| <ul style="list-style-type: none"> • Associação de Bares e Restaurantes de Pipa/ Tibau (ABREST) • Associação dos Hotéis de Tibau do Sul e Pipa (ASHTEP) • Associação dos Barraqueiros da Praia da Pipa • Associação dos Moradores e Amigos da Pipa (AMAPIPA) | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das ferramentas de divulgação e propagação do destino turístico; • Cobrar ações da gestão pública quanto à melhoria da infra-estrutura básica; • Conter as construções de equipamentos turísticos em áreas preservadas; • Maior rigidez em relação à responsabilidade socioambiental; • Seguir as diretrizes para um desenvolvimento turístico mais sustentável; • Absorver e capacitar à população local, fornecendo maiores possibilidades de crescimento profissional. |
| POPULAÇÃO | |
| Possíveis coalizões | Definição de metas |
| <ul style="list-style-type: none"> • Núcleo Ecológico de Pipa (NEP) • EducaPipa • Associação Catavento • Associação de surf • Conselho Comunitário de Pipa • Grupo Ecológico Salva Vidas • Associação dos moradores da praia da Pipa | <ul style="list-style-type: none"> • Ser inserida no planejamento turístico; • Participar ativamente das decisões relacionadas à praia da Pipa; • Manter o patrimônio natural da localidade, com preservação das unidades de conservação; • Fazer parte do processo de desenvolvimento endógeno; • Monitorar e reagir às irregularidades diante as explorações ambientais; • Ter maior consciência sobre direitos e deveres diante a conservação dos recursos naturais. |

As emoções também são evidenciadas quando trata das posições antagônicas dos atores em Pipa, considerando o sentimento de insatisfação dos nativos quanto ao crescimento desordenado de seu lugar de origem.

Os valores estão intrinsecamente relacionados às crenças dos envolvidos no conflito, culminando em atitudes que serão manifestadas ao longo do conflito.

As estruturas formadas são elementos decisores na condução do conflito, podendo o mesmo estar vinculado aos recursos, informações, parâmetros legais, dentre outros.

E por fim, a história é uma vertente indispensável quando se pretende entender a causa do conflito, sendo indispensável conhecer a trajetória do surgimento até o contexto atual, para entender como os atores se posicionam.

Assim, remetendo ao conflito socioambiental em Pipa, percebe-se o surgimento do cenário discordante por volta da década de 1990, em decorrência das novas relações de poder entre os agentes produtores do turismo.

A divulgação do destino turístico trouxe além dos turistas, investidores com aplicação de recursos em “segundas residências” (nas quais passam a maior parte do tempo

fechadas), tendo como principais impactos a especulação imobiliária desenfreada, com supervalorização do metro quadrado, urbanização e transformações territoriais.

Analizando as etapas de formatação do conflito em Pipa, serão apontadas algumas constatações vinculadas aos princípios abordados no Cap-Net (2008) (Tabela 2).

Diante do exposto, verifica-se que há muitos entraves que inibem uma atuação conjunta dos grupos narrados. Todavia, é possível detectar ações que tem tido efeito positivo e promissor, como o fortalecimento e até criação de novas associações e ONG's voltadas às causas sociais e ambientais.

4.3 Interações e relacionamentos do conflito em Pipa

É válido ressaltar que alguns grupos demonstram lados antagônicos, como o poder público e o mercado, que

apresentam aspirações e atuação divergente. Têm-se os órgãos públicos como elemento para fortalecer as decisões e o mercado, segmentado em associações, como parte para consubstanciar a luta pelos ideais de cada categoria que representa.

Em outros momentos os grupos se confundem, sendo os membros da população local também representantes do setor privado, os políticos agentes do setor privado e, às vezes, esses membros ocupam os três grupos, ou seja, o político, o empresarial e o da população local.

O fluxograma de interações e relacionamentos dá-se por meio da análise das alianças e conflitos que envolvem os atores investigados.

Com a representação simbólica, foi possível classificar os grupos de acordo com as suas características, possibilitando fazer a descrição de cada aspecto e assim, enunciar os conflitos e alianças entrelaçados. Portanto,

Tabela 2 - Progressão do conflito em Pipa. Fonte: baseado em Cap-Net (2008).

Table 2 - Progression of the conflict in Pipa. Source: based on Cap-Net (2008).

| Side Form (Formação de lados) |
|--|
| Os grupos envolvidos no conflito passam a contar com aliados, também possível considerar como coalizões, nos quais os novos membros são incorporados de acordo com as semelhanças e afinidades quanto às reivindicações de cada grupo (Poder Público, Mercado e População). No estudo, o conflito se desenha com a distinção de três lados com interesses diversos, e aos poucos, há uma associação natural de outros representantes de cada setor formando as chamadas coalizões. |
| Positions Harden (Posições difíceis) |
| Os atores conflitantes ficam cada vez mais distantes, havendo comunicação prioritariamente entre os membros pertencentes a cada segmento, restringindo assim, as possibilidades de diálogo entre as partes envolvidas. Com isso, os interesses individuais passam a ser ainda mais evidentes, prejudicando possíveis acordos. |
| Communication Stops (A comunicação termina) |
| Momento em que a situação já está tão tensa que as comunicações são encerradas, deixando de haver diálogo entre os grupos opositores. Dessa maneira, o distanciamento e as dificuldades de acordo aumentam, prejudicando as tentativas de resolução do conflito. |
| Resources are Committed (Recursos estão comprometidos) |
| A exploração desenfreada e sem planejamento coloca em risco a manutenção da atividade turística, em virtude dos impactos imensuráveis, afetando diretamente a degradação dos recursos naturais. |
| Conflict Goes Outside the Community (Conflito sai para fora da comunidade) |
| O conflito incorpora uma dimensão maior, atingindo outros personagens que passam a se preocupar e tentar minimizar os impactos provenientes dos desdobramentos da crise. Nesse momento, pesquisadores, universidades e o próprio ministério público podem entrar em ação para analisar e propor possíveis métodos de resolução para os conflitos identificados. |
| Perceptions Become Distorted (Percepções tornam-se distorcidas) |
| À medida que o conflito evolui, as partes integrantes ficam cada vez mais fechadas e omissas a compartilhar as percepções dos demais grupos, ampliando o sentimento de detentor da razão, agindo em causa própria e sem flexibilidade para entender as demais situações. |
| Sense of Crisis Emerges (Sensação de crise emerge) |
| A crise emerge com a especulação imobiliária e ocupação de segundas residências por <i>outsiders</i> , excluindo a população nativa do seu habitat natural. A (re)territorialização e as dificuldades de acordo diante do crescimento da atividade turística faz com que os grupos se sintam prejudicados e comece o embate direto. |
| Outcomes Vary (Os resultados variam) |
| Os reflexos provenientes do turismo variam de acordo com o modelo que tem sido adotado. A falta de planejamento efetivo no processo de desenvolvimento turístico, atrelado ao pouco envolvimento dos autóctones, torna-se um grande complicador na trajetória do conflito. |
| Costs of Conflict and Non-Negotiated Outcomes (Custos do conflito e resultados não-negociados) |
| A exclusão dos nativos do seu habitat natural, apropriações em áreas irregulares e reordenamento do uso do solo geram danos incalculáveis para o meio ambiente, colocando em risco a própria manutenção da atividade turística. A falta de parcerias entre os agentes envolvidos no trade turístico ocasiona dificuldades na gestão da atividade, minimizando os retornos e os benefícios positivos que o turismo poderia gerar. |

são identificados quanto à participação atuante ou latente; à influência direta ou indireta; se as ações são determinantes ou se estão no campo da participação; e se são enquadrados como beneficiários ou executores dos atos, Figura 3.

Com o fluxograma, faz-se a sistematização geral do conflito, demonstrando o posicionamento de cada grupo através da atuação, influência e posições. A classificação dos atores e descrições das interações está apresentada e detalhada na Tabela 3.

Sabe-se que é um grande desafio para a gestão turística balancear a utilização e manutenção dos recursos naturais, mas essa deve ser uma condição fundamental para o desenvolvimento das atividades de lazer e turismo. Considerando o ciclo de vida das destinações turísticas de Butler (1980), a localidade investigada encontra-se em um momento delicado, podendo ser visualizado manifestações do grau de saturação.

Assim, é preciso aperfeiçoar os investimentos em benfeitorias para suprir as carências e anseios da população local, focados na manutenção dos equipamentos e bens naturais que proporcionam o desenvolvimento da atividade de maneira mais sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da análise foi possível detectar os agentes que fazem parte do cenário de crise, apresentando os conflitos socioambientais e possíveis alianças entre as coalizões, sendo constatado que o estado é omissivo no planejamento e regulação do processo de transformação da zona costeira para prática do turismo, cedendo espaço para a imposição de interesses do mercado.

Os reflexos podem ser sentidos na esfera ambiental através da degradação, com desgaste da flora e fauna, poluição dos mananciais, esgotos e resíduos com destinação inadequada, impactos na vida marinha (sobremaneira nos golfinhos). Dentre os principais aspectos sociais, percebe-se uma mudança nos novos hábitos de vida, com modificação do território e das antigas moradias, alteração das atividades econômicas tradicionais, aculturação, prostituição, tráfico de drogas, dentre outros impactos negativos.

A pesquisa possibilitou identificar os personagens envolvidos, as etapas de formatação do conflito e traçar um esquema com as principais ações e relações dos grupos ligados ao desenvolvimento turístico da praia da Pipa/Brasil.

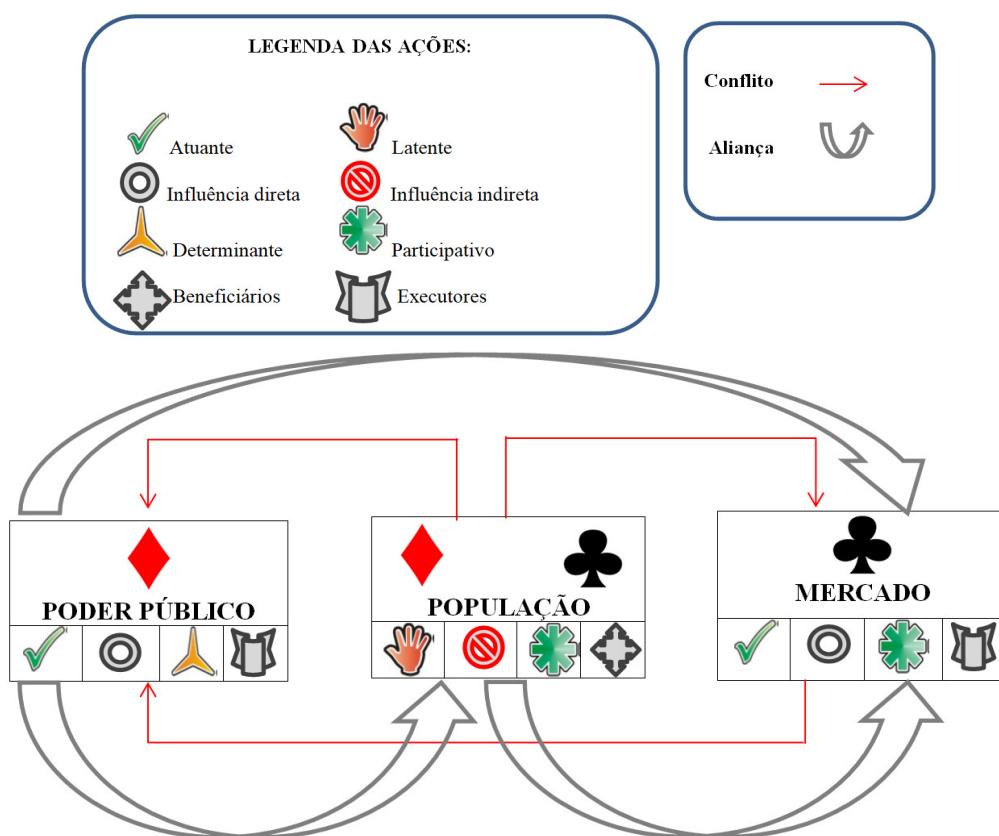


Figura 3- Fluxograma de interações e relacionamentos entre os grupos.

Figure 3 - Flow diagram of interactions and relationships between groups.

Tabela 3 - Classificação de atores e descrição dos conflitos e alianças com base em Medeiros & Nascimento (2010).

Table 3 - Classification of actors and description of conflicts and alliances based on Medeiros & Nascimento (2010).

| ATOR | CLASSIFICAÇÃO | DESCRÍÇÃO DE INTERAÇÕES E RELACIONAMENTOS |
|-----------------|---|---|
| Poder público |   | Conflitos: a gestão pública tem sido ineficiente quanto ao planejamento turístico, fiscalização e normatização das leis ambientais, perdendo o controle sobre a territorialização, uso e ocupação do solo, dando mais atenção às demandas dos turistas e suprimindo os anseios da população local. |
| |   | Alianças: podem ser efetivadas no intuito de promover uma instância de governança mais atuante e envolvida com as questões sociais e mercadológicas, buscando um consenso nas ações deliberadas que atendam as aspirações de ambos os grupos. |
| População local |   | Conflitos: não existe um desenvolvimento endógeno, sendo excluídos do planejamento do turismo, os nativos afastados do seu habitat natural, substituição das antigas atividades econômicas (pesca e agricultura) e reprimidos a subempregos na área. |
| |   | Alianças: Preocupam-se com a preservação ambiental como ferramenta para a sustentabilidade local da destinação turística. São beneficiados com a infraestrutura turística e recursos destinados à praia, com ampliação das oportunidades de emprego e renda. |
| Mercado |   | Conflitos: desacordos quanto ao uso e ocupação do solo, apropriações irregulares, processo de territorialização, degradação ambiental com desrespeito às leis municipais, desconsiderando os locais ambientalmente frágeis, aculturação, desejo de crescimento do turismo a curto prazo. |
| |   | Alianças: aumento das possibilidades de emprego e renda para a localidade, estruturação de equipamentos para atender à demanda turística, ações de <i>marketing</i> que estimulam a visitação com responsabilidade socioambiental. |

Constata-se que os impasses podem ser amenizados com possíveis alianças, evidenciando que os grupos podem ter uma atuação mais pacífica. Por isso, podem ser adotadas técnicas de resolução de conflitos, sendo os líderes locais e representantes de associações e ONG's possíveis mediadores para o debate entre as partes envolvidas.

Em síntese, como alternativas para a mediação do conflito sugerem-se ações que podem contribuir para minimizar a situação, tais como: maior transparência, diálogo e decisões conjuntas; definir práticas de gestão coletivas; promover ações educativas de sensibilização e mobilização; sobrepor ações coletivas sobre interesses pessoais; reativação de instâncias de governança; fortalecer alianças entre a comunidade local, diminuindo a segmentação entre nativos e forasteiros.

É fundamental traçar metas de planejamento estratégico, com base nos princípios da sustentabilidade, tendo como referência o plano de manejo e gestão ambiental. Além da implantação da Política de Educação Ambiental, possibilitando maior conscientização e ensinamentos sobre preservação, respeitando a capacidade de carga da destinação turística e diminuindo os impactos agressivos na zona costeira.

Todavia, foi possível detectar limitações na abordagem metodológica utilizada, na qual as coalizões entre os grupos foram apontadas de maneira unificada para

simplificar o processo, ou seja, a segmentação poderia ser mais ampla para obter um detalhamento mais específico de cada grupo.

Para isso, sugere-se para próximas pesquisas a experimentação da teoria dos jogos e/ou programas de computadores com variáveis mais detalhadas, a fim de apontar ramificações, por acreditar que a apresentação de outros grupos poderá aumentar o entendimento e possibilitar encaminhamentos para a resolução do conflito.

REFERÊNCIAS

- Alban, M. (2008) - A insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso de praia do Forte: Uma análise exploratória com base na nova economia institucional. *Turismo em Análise*, 19 (1): 3-24. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v19ilp3-24>
- Aledo, A.; Andreu, H. G.; Ortiz, G. (2013) - Evaluación participativa de los impactos sociales del turismo residencial y meta-análisis de resultados: Un caso de estudio en Pipa (Rio Grande do Norte, Brasil). *Turismo & Sociedade*, 6 (1): 16-41. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v6i1.28689>
- Assad, L.T. (2002) - Tradição – modernidade – sustentabilidade Icapuí-CE: Os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade. *Dissertação de doutorado*, Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF, Brasil, 272 p.

- Balastreri, A.R. (2006) - Turismo e territorialidades plurais-lógicas excluientes ou solidariedade organizacional. Em: Lemos, A.I.G.; Arrayo, M.; Silveira, M.L. (orgs.), América Latina: cidade, campo e turismo, 297-315 , CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, EUA. ISBN: 978-987-1183-64-7. Disponível on-line em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/17rodrigu.pdf>
- Bob, U.; Bronkhorst, S. (2010) - Environmental Conflicts: Key Issues and Management Implications. African Journal on Conflict Resolution, 10 (2): p. 9-30. DOI: <http://dx.doi.org/10.4314/ajcr.v10i2.63307>
- Butler, R.W. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. Canadian Geographer, 24, 5-12.
- CAP-NET (2008). Conflict resolution and negotiation skills for integrates water resources management. Training manual. International network for capacity building in integrated water resources management.
- Carpio, C.; Meneses, S. (2006). Guia para el manejo de conflictos especialmente socio-ambientales. Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental, Quito.
- Cruz, R.C.A. (2006) - Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. Em: Lemos, A.I.G.; Arrayo, M.; Silveira, M. L. (orgs.), América Latina: cidade, campo e turismo, 337-350, CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. EUA. ISBN 978-987-1183-64-7
- Fratucci, A.C. (2014) - Turismo e território: relações e complexidades. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo (ISSN 1677 6976), 14 (1): 87-96, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível on-line em <http://www.ibt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018/404>
- Gonçalves, S. (2010). Turismo em jogo: a dinâmica da reterritorialização em Tibau do Sul/RN. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil, 172p.
- Haija, A.A.A. (2011) - Jordan: Tourism and conflict with local communities. Habitat International, 35 (1): 93-100. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2010.04.002>
- Lima, R.M.; Shiraishi Neto, J. (2015) - *Conflitos Socioambientais: O direito ambiental como legitimador da atuação do Estado no Jardim Icaraí, Curitiba*. Ambiente & Sociedade, 18 (2): 129-144. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEx08V1822015en>
- Mayer, B. (2000). The dynamics of conflict resolution: a practitioner's guide. 288 p. John Wiley & Sons, San Francisco, EUA. ISBN: 978-0-470-93246-9
- Medeiros, M.; Nascimento, E. (2010) - Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): O caso da comunidade da Vila do Aventureiro. Caderno Virtual de Turismo (ISSN: 1677-6976), 10 (3): 46-60, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível on-line em <http://www.ibt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/445/255>
- Nunes, M.R.O. (2016) - As consequências das segundas residências no mercado de hospedagem de Tibau do Sul - RN. Revista de Turismo Contemporâneo (ISSN 2357-8211), 4(1): 88-111, Natal, Brasil.
- Oliveira, F.J.G. (2014). Território, estado e políticas territoriais: análise das políticas de gestão do território e da recente expansão/reconcentração econômica nos espaços metropolitanos. Scripta Nova- revista electrónica de geografia y ciencias sociales (ISSN: 1138-9788), 18 (43): 1-17, Barcelona, Espanha. Disponível on-line em <http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-43.pdf>
- Pignatelli, M. (2010). Os conflitos étnicos e interculturais. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas- Universidade Técnica de Lisboa.
- Santos , N.P (2014) - Turismo, gestão e território. Caderno Virtual de Turismo (ISSN 1677 6976), 14 (1): 66-86, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível on-line em <http://www.ibt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/1025/411>
- Shoeb-Ur-Rahman, M.; Shahid, R.B. (2012) - A growing dilemma of tourism diffusion and sustainability: Wows and woes for Bangladesh eco-tourism! UTMS Journal of Economics (ISSN 1857-6982), 3(1): 57-69, Skopje, Macedônia. Disponível on-line em http://utmsjoe.mk/files/Vol.%203%20No.%201/1-B2_Rahman.pdf
- Taibi, Nasr-Eddine (2016) - Conflict Between Coastal Tourism Development and Sustainability: case of Mostaganem, Western Algeria. European Journal of Sustainable Development, 5(4):13-24. DOI: 10.14207/ejsd.2016.v5n4p13
- Tomio, M.; Ullrich, D.R. (2015). Valoración económica ambiental enel turismo. Estudios y Perspectivas en Turismo (ISSN 1851-1732), Argentina, 24: 172-187. Disponível on line em <http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V24/N01/v24n1a10.pdf>
- Vargas, G.M. (2007) - Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. Sociedade & Natureza (ISSN 1982-4513), 19 (2): 191-203, Uberlândia, Brasil. Disponível on-line em <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociadenatureza/article/view/9284>
- Vieira, Z.M.C.L.; Ribeiro, M.M.R.A (2010). Methodology for first- and second-order water conflict analysis. Water Policy, 12: 851-870. DOI: 10.1007/978-3-319-14215-9_3
- Xavier, R.F. (2008). As Influências do desenvolvimento do Turismo nas Relações de Posse e Propriedade da Terra na Região Turística de Pipa, Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil, 105p.
- Yang, J.; Ryan, C.; Zhang, L. (2013) - Social conflict in communities impacted by tourism. Tourism Management, 35: 82-93. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.06.002>
- Zacarias, D. A. (2015). Turismo em áreas balneares: uma análise da interação entre residentes e visitantes na Praia do Tofo, Moçambique. Revista de Gestão Costeira Integrada, 15(2): 179-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.5894/rgeci537>